



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13.....	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14.....	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15.....	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16.....	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17.....	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18.....	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 9

LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/03/2021

Amanda Jaqueline Reis Pereira

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA –
Campus Caxias
Caxias/Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/3753461392901959>

Eva Erlene Franco de Sousa

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA –
Campus Caxias
Caxias/Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/4936570728953147>

Layla Kelly Santos da Silva

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA –
Campus Caxias
Caxias/Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/6943430059858716>

Vanessa Magalhães da Silva

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA –
Campus Caxias
Caxias/Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/3035831986780788>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a luta pelo o reconhecimento e a mobilização das comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, a partir de suas ações coletivas juntamente com a interferência da garantia de direitos territoriais pautado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988,

que se apresentou como a primeira lei que garante o reconhecimento de terras ocupadas pelo o denomina de Comunidades Remanescentes de Quilombo. Contudo as determinações presente no artigo 68 apresentaram-se inúmeras lacunas e inconsistências em relação a definição de quilombo que foram utilizada pelos os legisladores, tornando assim insuficiente para garantir os direitos a todas as comunidades negras rurais, todavia foram necessário as mobilizações coletivas das próprias comunidades para o acessos aos seus direitos.

PALAVRAS - CHAVE: Comunidades quilombolas; reconhecimento; mobilização.

STRUGGLE FOR RECOGNITION: THE TRAJECTORY OF THE POLITICAL MOBILIZATION OF THE QUILOMBOLAS NEGRO RURAL COMMUNITIES OF MARANHÃO

ABSTRACT: This work aims to analyze the struggle for the recognition and mobilization of the rural black quilombola communities of Maranhão, from their collective actions together with the interference of the guarantee of territorial rights based on article 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act (ADCT), of the 1988 Constitution, which presented itself as the first law that guarantees the recognition of lands occupied by the so-called Remaining Communities of Quilombo. However, the determinations contained in Article 68 presented numerous gaps and inconsistencies in relation to the definition of quilombo that were used by legislators, thus making it insufficient to guarantee the rights of all black rural communities, however collective

mobilizations of the communities themselves were necessary. access to your rights.

KEYWORDS: quilombola communities; recognition; mobilization.

1 | INTRODUÇÃO

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela redemocratização do país e por a Constituição de 1988 que se constituiu como o marco histórico e jurídico configurou-se assim uma reforma social, conseqüentemente a constituição abarcou direitos para populações que eram consideradas invisíveis perante o Estado. Contudo os “grupos desprivilegiados” como os nativos e comunidades quilombolas constituíram como “sujeitos de direitos”, porém estes direitos assegurados tiveram entraves jurídicas sendo necessárias assim mobilizações estes grupos pra acionarem os seus direitos.

Sobre estas questões mencionadas, que este trabalho busca analisar que o processo de luta pelo o reconhecimento e a mobilização política das comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, que perpassou toda uma discussão sendo que o debate girou em torno da definição de quilombo que foi utilizada pelos legisladores do artigo 68 (ADCT), que se constituiu insuficientemente para garantir os direitos a todas as comunidades negras rurais, uma vez que essa definição não contemplou e não representou a diversidade das identidades coletivas existente entre as comunidades.

O debate gira em torno da definição de quilombo que foi utilizada pelos legisladores do artigo 68 (ADCT), que se constituiu insuficientemente para garantir os direitos a todas as comunidades negras rurais, uma vez que essa definição não contemplou e não representou a diversidade das identidades coletivas existente entre as comunidades.

Algumas críticas são realizadas em torno dessa categoria. Uma primeira crítica refere-se ao fato de que o conceito de quilombo utilizado, tivera como referência a concepção criada no período colonial. Essa leitura de quilombo concebia-o como um espaço isolado, sem civildade e sem cultura¹. Outra característica ainda no período colonial reside no fato de que esse conceito impossibilitou o direito dessas comunidades à garantia à posse de suas terras.

Assim, a interpretação que o artigo 68 faz acerca dos quilombos e suas reminiscências, foram voltadas às categorias ainda do início da história colonial do Brasil, isto é, enraizados em conceitos que não condizem com a própria realidade desses quilombos.

Foi necessária então, a luta pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que partiram das próprias comunidades. As mobilizações das comunidades remanescentes de quilombo giraram em torno da luta pela garantia de suas terras, através de suas identidades

1 Com base no pensamento de Alfredo Wagner Berno de Almeida, que caracterizou a construção do conceito de quilombo histórico com base cinco características principais “1) A fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma natureza selvagem do que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo rancho; 5) consumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão (ALMEIDA, 2002, p. 39).

coletivas², ou seja, somente pela auto definição como grupo étnico com descendência negra escravizada, por suas territorialidades, sua trajetória histórica própria que foi marcada pelos traços da escravidão, por relações de parentesco estabelecidas entre os moradores e pela preservação e manutenção de seus costumes e tradições, implicações presentes nas interpretações do artigo 68 que proporcionou o direito à terra e conseqüentemente o acesso a demais direitos conquistados.

Mediante este contexto, é necessário enfatizarmos que foi a partir de fontes documentais e bibliográficas tradicionais e contemporâneas que trabalham a respeito da temática quilombo e seus conceitos, como por exemplo, teses, dissertações, monografias, artigos, documentações, fontes orais e fotografias que foi possível compreender toda a trajetória de luta pelo o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo.

A pesquisa se torna no âmbito da História Regional, como descreve o historiador Barros (2013, p.152) quando o historiador pretende pesquisar o seu objeto dentro dessa subdivisão, “ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica (...) ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço”.

Deste ponto, se ressalta também que os principais teóricos que proporcionaram o conhecimento sobre a temática foram GAIOSO (2014), Tempo de Cabaça: etnografia da história social de uma comunidade quilombola - MA, Almeida (2008), Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas; Fabiani (2008), Os novos quilombos: luta pela terra e a afirmação étnica no Brasil (1988-2008).

Com a discussão da temática e com a metodologia podemos apresentar o pronto primordial da pesquisa, descrevendo como as comunidades negras rurais quilombolas dialogaram com uma nova perspectiva, ou seja, a partir de suas territorialidades específicas que contemplaram as suas diversidades de ocupações de seus territórios, as suas relações com suas terras de uso comum e suas trajetórias históricas e culturas singulares proporcionou que as comunidades se organizassem politicamente para reivindicar os direitos.

2 | O CENÁRIO DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS E O DESFECHO DA LUTA PELO O RECONHECIMENTO

É necessário enfatizar que a trajetória histórica de luta das comunidades quilombolas perpassou todo o contexto de mobilização política com o debate que se travou (e que ainda se faz) diz respeito ao fato das interpretações do Artigo 68 ser realizadas em torno

2 A identidade coletiva sobre a discussão do sociólogo Klaus Eder se apresenta como a dinâmica exercida entre as relações sociais de um grupo em seu determinado espaço e tempo, no caso das comunidades remanescentes de quilombos estas relações estabeleceram por uma existência coletiva e pelo o pertencimento as suas terras que se vincularam com suas territorialidades específicas concluindo a conceituação com o pensamento do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

de certa reminiscência, daquilo que teria permanecido de um período escravocrata, e posteriormente com a organização política das comunidades quilombolas através dos movimentos sociais como o Movimento Negro e as criações das entidades representativas³, se compreenderam que o reconhecimento das identidades coletivas deveria ser atrelado as suas territorialidades específicas.

A representação jurídica interpretou quilombo por aspectos limitados, não evidenciando que os quilombos estabeleceram diversas dinâmicas econômicas, sociais e culturais em cada período histórico. Os legisladores do dispositivo constitucional 68 utilizaram a conceituação de 1740, nos remetendo à problemática apontada por Fiabiani (2008, p. 14) de “insuficiência conceitual, prática, histórica e política do termo quilombo”. E essa representação também limitou os procedimentos e formas de organizações das comunidades remanescentes de quilombos, definindo-as como apenas “sobreviventes”. Assim, na perspectiva jurídica, os remanescentes de quilombos foram aqueles que se enquadravam as designações formais de quilombo, que apresentavam vestígios de um passado colonial.

E mesmo que o termo quilombo tenha sido referenciado no contexto histórico colonial pelos legisladores, o próprio sofreu o que se poderia chamar de ressemantização, ou seja, atrelando outros significados para este termo, que abarcaria outras situações reivindicadas pelo movimento negro que não se enquadrariam neste conceito de reminiscência.

Dentre essas situações podem-se destacar, no caso do Maranhão, situações conhecidas como “comunidades negras rurais” ou “terras de preto”, ou ainda “terras de santo”, “terras da pobreza”, situações sociais que se caracterizam pela forma específica de organização social em torno do território, compreende-se que essas situações sociais de luta pelo reconhecimento do território não estão separadas da identidade coletiva do grupo.

O reconhecimento jurídico de terras produziu novos sujeitos sociais que dialogavam com perspectivas diferentes da conceituação de Comunidades Remanescentes de Quilombo. A partir deste momento as comunidades negras rurais juntamente aos movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Centro de Cultura Negra, se mobilizaram politicamente em torno de reivindicar direitos aos seus territórios tradicionalmente ocupados através “de suas territorialidades como garantia de sua reprodução física e social”, como argumenta GAIOSO:

Deste modo a partir das mobilizações políticas e ações coletivas, foram criadas as entidades de representação política, denominadas “comunidades negras rurais” ou “terras de preto”, autodenominação por parte dos indivíduos das comunidades, principalmente das comunidades do Maranhão, conseqüentemente passaram a ser representados como “comunidades

3 Como descrever a autora GAIOSO (2014), “Deste modo a partir das mobilizações políticas e ações coletivas, foram criadas as entidades de representação política, denominadas “comunidades negras rurais” ou “terras de preto”, autodenominação por parte dos indivíduos das comunidades, principalmente das comunidades do Maranhão, conseqüentemente passaram a ser representados como “comunidades negras rurais quilombolas” para dialogar com toda organização política.

negras rurais quilombolas” para dialogar com toda organização política [...].
(GAIOSO, 2014, p. 40)

Com a organização política e as entidades representativas, se compreenderam que o reconhecimento das identidades coletivas deveria ser atrelado as suas territorialidades específicas, ou seja, contemplando a diversidade de ocupações de seus territórios, as relações com suas “terras de uso comum”⁴ que caracteriza como a apropriação coletiva dos recursos naturais.

Sobre a diversidade de ocupações de territórios, tem-se situações de ocupações especiais que são as “terras de preto”, “terras de santos”, “terras de heranças” (ALMEIDA, 2008. p.146) sendo que cada uma dessas designações possuiu situações peculiares do processo de ocupação da terra, que relacionam com a perspectiva das comunidades negras rurais maranhenses.

Como argumenta Almeida (2008, p. 146) as “terras de preto” dialogam com três domínios que correspondem aos territórios doados, adquiridos, entregues juridicamente ou não às famílias de ex-escravizados, os espaços de antigos quilombos com características dos períodos coloniais e imperiais; “terras de heranças” que foram tituladas para um determinado grupo e passadas de geração a geração, sendo partilhadas entre os membros; “terras de santo” referem-se às divisões de territórios pertencentes à Igreja Católica, que tiveram em estado de abandono, aos moradores dessas regiões e o último e já citado “as terras de heranças” que articulam com “terras de pretos”. Essas designações envolvem com o contexto de um reconhecimento jurídico.

Sobre a luta pelo acesso e manutenção do território, no Maranhão ocorreram mobilizações de movimentos sociais como o Movimento Negro e de entidades de representação e mediação, tais como Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) que articulados com o Projeto Vida de Negro (PVN/CCN/SMDDH), realizou o mapeamento das designadas Comunidades Negras Rurais, anteriormente autodesignadas “terras de preto”, o levantamento das formas de uso e ocupações das suas terras, suas manifestações culturais, religiosidades e os seus relatos orais dos períodos antes e pós a abolição da escravidão (PVN, 1990, p. 5).

Como apresentou Ivan Rodrigues, membro da equipe do Projeto Vida de Negro, em um dos relatórios do projeto, as pesquisas realizadas identificaram várias “comunidades negras rurais” maranhense sem certos casos se encontravam com problemas fundiários, tendo o reconhecimento jurídico, como meio de solucionar estes problemas.

4 As terras de uso comum referem-se à apropriação coletiva e ou comunal dos recursos naturais, formas de vida considerada ultrapassadas e inexistente da estrutura fundiária brasileira, em face do projeto de nação que considerou a terra e os demais recursos naturais como bens mercantis apropriáveis individualmente, simbolizado na Lei de Terras de 1850 (SILVA, 1996; ALMEIDA, 2006).

O Projeto Vida de Negro é executado através da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos-SMDDH e pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN, por já disporem das informações e laços de solidariedade com as chamadas “Terras de Preto” e terem realizado 04 (quatro) Encontros de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão. Desse modo o PVN pretende contribuir para uma melhor compreensão da questão agrária no Estado do Maranhão e no Brasil, e, posteriormente, uma intervenção jurídica naquelas áreas que se encontrarem com problemas fundiários, visando a legalização das terras onde moram os descendentes de escravos há mais de séculos (COSTA, 1995, p. 3).

A pesquisa do Projeto Vida de Negro realizou-se em três etapas: o mapeamento de todas as comunidades negras rurais do Maranhão, entre os anos 1988 a 1989; posteriormente temos o estudo de caso da comunidade negra de Frechal, no município de Mirinzal/MA. Assim, de acordo com os termos do dispositivo constitucional 68 da Constituição Federal de 1988, entre anos de 1990 a 1992, e, conseqüentemente, o levantamento histórico da região do Gurupy, região esta, que apresentou os quilombos do Maranhão dos séculos XVIII a XIX, e o estudo de caso também da comunidade Jamary dos Pretos no município de Turiaçu/MA nos anos 1922 a 1994. As pesquisas foram realizadas em cartórios de ofício, bibliotecas e em arquivos pela equipe de pesquisadores do CCN composta por militantes do movimento negro, professores e estudantes de universidades e advogados de entidades dos Direitos Humanos.

Essas formas de mobilização dos movimentos sociais juntamente as entidades de representação e como resultado o mapeamento de comunidades negras rurais e de identidades coletivas específicas a nível estadual, se articulou com outras experiências a nível nacional e como um primeiro resultado foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ) (1995), que teve como objetivo mobilizar todas as comunidades do Brasil em torno do reconhecimento legal dos seus direitos específicos, isso aconteceu por meio da construção da categoria de identificação “comunidades negras rurais quilombolas”, que dialogou com os preceitos constitucionais do artigo 68 do ADCT.

A CONAQ foi criada em 1995 durante o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, no Maranhão. Dois anos após, em 1997, foi criada a Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão (ACONERUQ) no “V Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão”, com o intuito de representar as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão. Seu trabalho fundamentou-se na luta pela garantia de regulamentação das terras das comunidades negras rurais do Maranhão.

Contudo nas décadas de 1980 e 1990, o movimento negro promoveu discussões sobre os direitos políticos, sociais e econômicas das comunidades negras rurais quilombolas⁵. Essas mobilizações políticas e de afirmação étnica garantiram a regulamentação de suas terras e implicação por demais direitos básicos como o acesso à saúde, educação,

5 Categoria de identificação que dialogou com os preceitos constitucionais do artigo 68 ADCT.

saneamento básico, a moradia dentre outros.

Mas somente nas décadas de 2000 que surgiram as leis e decretos que regulamentaram o acesso aos direitos conquistados e ampliados, neste momento as comunidades remanescentes quilombolas se denominam também como sujeitos de direitos ao acesso de políticas públicas. Por meios dessas leis e decretos⁶, que surgiram tanto os mecanismos de regulamentação das terras como o desenvolvimento e inclusão das suas atividades econômicas baseada em suas identidades culturais e os seus recursos naturais presentes em seus territórios e o direito à cidadania pelos seus critérios étnicos.

A Constituição Federal com os artigos 215 e 216, o direito à preservação de sua própria cultura; e o artigo 68 do ADCT, direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos, a Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 Estatuto da Igualdade Racial, o Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 trata da regularização governamentais, Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007, dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007, institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, e Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009, de 20 de outubro de 2009 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento e delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2013, pág. 18).

Dessa forma, é necessário conservar os direitos das comunidades negras rurais quilombolas de modo a preservar sua cultura, seu patrimônio, seus costumes e sua herança, de acordo com as funcionalidades da lei, do qual manifesta respeito perante a patrimônio histórico e social dos nossos antepassados negros que permaneceram com seu legado no Brasil durante anos.

3 I CONCLUSÃO

O primeiro ponto a ser abordado é que o objetivo de analisar a trajetória histórica da luta pelo o reconhecimento das comunidades negras rurais quilombolas foi possível configurar a problemática da luta pela regulamentação fundiária das comunidades remanescentes de quilombo, no que concerne na mobilização e luta pela implementação do artigo 68 ADTC sendo que este artigo constitucional se apresenta como a principal lei que assegurar o direito a terras a comunidades remanescentes e que somente com as

6 São as leis que foram criadas a partir da mobilização das comunidades negras rurais quilombolas, tanto no âmbito da regulamentação de suas terras como também na garantia de direitos básicos como saneamento básico, saúde, educação entre outras garantias.

mobilizações políticas e a criação das entidades representativas que os remanescentes de quilombos tiveram a possibilidade de reivindicarem a posse de suas terras.

Sobre a problemática que adentramos sobre como as comunidades remanescentes de quilombo se organizaram para que garantissem a implementação do artigo 68 ADTC, que aconteceu por meio da ressemantização do termo conceito de quilombo utilizado na interpretação do artigo 68 e pela a organização política das comunidades com o intuito que a garantia de suas terras acontecem por suas identidades coletivas, e a entidade responsável por a articulação e organização das comunidades em nível nacional foi a Coordenação Nacional de Articulação Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

No Maranhão temos a mobilização e a organização das comunidades negras rurais através do Centro de Cultura Negra do Maranhão e os Movimentos Negros, que proporcionaram o surgimento das entidades estudam que organizaram politicamente as comunidades em torno de seu reconhecimento, conseqüentemente a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, se constituiu como a entidade representativa do estado do Maranhão.

Dessa forma concluímos que a partir da organização política das comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, foi possível conquistar o direito as suas terras através suas identidades coletivas e as diferentes ocupações de territórios valorizando assim as diferentes manifestações das comunidades remanescentes de quilombo, é necessário enfatizar que com o reconhecimento territorial destas comunidades possibilitou também o acesso as políticas públicas como o acesso a educação, saúde, saneamento básico assim estes grupos étnicos deixam, em certo ponto, a invisibilidade e passaram a implicar como sujeitos de direitos .

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In SMDDH; CCN. (Org.) Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís, 1996 p. 11-19

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Desni Lopes. **O Campo e a Política: A participação do campesinato na política maranhense (1955-1979). Projetos, Leis, Repressão: As respostas do Estado e da Classe Dominante à mobilização do campesinato**. São Luís: UEMA, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. **“Aê meu Pai Quilombo, eu também sou quilombola”**: O processo de construção identitária em Rio Grande-Maranhão. São Luís: UFMA, 2012.

ASSUNÇÃO, MatthiasRöhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão**, Inglaterra, EssexUniversity, 2010.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **“Terras Negras: invisibilidade expropriadora”**. In.: LEITE, Ilka B. (Org.) **Textos e Debates - Terras e territórios de negros no Brasil**. NUER/UFSC, n. 2, 1991.

BARBOSA. **Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo**, In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto, ROCHA, Cristina Costa. (Org.) **Histórias Sociais do Trabalho: uso da terra, controle e resistência**, São Luís, Editora UEMA, 2015.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: Especialidades e Abordagens**, Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. DECRETO 4887/2003. D. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. **Memorial territórios das comunidades quilombolas**, Brasília, UnB, 2017.

BRASIL. **Procedimento de certificação de comunidades quilombolas**, Brasília, 2007.

FIABIANI, Adelmir. **Os novos quilombos: luta pela terra e a afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

FIBANI, Adelmir. **Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra, Estudos Históricos**. São Paulo: UVR, 2009.

FLORENTINO, Manolo; **AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX**. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, v. 19, p. 259-297, 2012.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. **TEMPO DA CABAÇA: etnografia da história social de uma comunidade quilombola-MA**. Comunidades negras rurais quilombolas e luta pelo reconhecimento. Salvador: UFBA, 2014.

GOMES, Ana Elizabeth Costa. **A Baía de Camamu e a Diáspora Africana: Vivências, Memórias e a Construção da Identidade Étnica em Porto do Campo**. A pesquisa. Camamu-BA: UFBA, 2008.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. Florianópolis, 2007.

GUSMÃO, Neusa. **“A questão política das chamadas ‘terras de preto’”**. In.: LEITE, Ilka B. (Org.) **Textos e Debates - Terras e territórios de negros no Brasil**. NUER/UFSC, n. 2, 1991.

LIMA, Solimar; SANTOS, Daniely. **Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra.** Revista Eletrônica, fluminense, n. 1, p. 104-110, 2013.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas notas sobre um processo histórico etnográfico.** Revista Antropologia, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 340-374, 2009.

NETO, Roberval Amaral. **A questão fundiária no Maranhão: Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970.** Pinheiro: IFMA, 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SEPPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR.** Brasília. 2013.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Revista Nera, v. 14, n. 19, p. 73-89, 2011.

SILVESTRE, Sandro Dias. **Reconhecimento de propriedade definitiva dos remanescentes de comunidades quilombolas: Definição de critérios legais e questões controversas na doutrina.** Revista de Direito dos Monitores da UFF, Fluminense-RJ, n. 1, p. 1-27, 2010.

SOUSA, Igor Thiago da Silva. **Comunidades Quilombolas no Maranhão: A Aconerug e o Moquibomca cena política.** São Luís: UFMA, 2017.

SOUSA, José Reinaldo Miranda de. **Quilombos (palenques), terras de pretos: Identidades em construção.** Revista Brasileira do Caribe, São Luís, v. XI, n. 22, p. 33-57, 2011.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro.** Brasília: UNB, 2008.

VOGT, Gabriel Carvalho. **O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. O social em questão.** São Paulo, v. XVII, n. 32, p. 151-164, 2014.

BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>. Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>>. Acesso em: 25/11/2018.

CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Lista-das-CRQs-Certificadas-Portaria-n%C2%B0-84-08-06-2015.pdf>>. Acesso em: 09/04/2018.

LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>. Acesso em: 01/01/2018.

RELAÇÃO DE PROCESSOS ABERTOS. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/Quilombolas/novas/processos_abertos.pdf>. Acesso em: 31/07/2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 